

## **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2008**

ANEXO III

ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

#### **PROGRAMA**

0038.

ADMINISTRANDO COM SERIEDADE

#### DIAGNÓSTICO

A falta de informações representa ausência nas oportunidade de Negócios

Com a alta concorrência, o empresário que estiver desatualizado, fica fora do mercado, ausente de informações em meios digital Indisponibilidade de espaço para eventos e encontros empresariais

#### **DIRETRIZES**

Implantação de Centros Informatizado, banço de dados do perfil econônico, convênios com acis, repassando o balção de Emprego, construção do aeroporto.

#### **OBJETIVOS**

Possibilitar melhores condições para os empresários e estudantes/universitários de forma que possam

exercer seus direitos de cidadania, combatendo a chamada exclusão digital

Fortalecer informações aos empresários de fora que queiram se instalar no município sobre o comércio, conhecer a demanda de desemprego e fornecer informações a administração, Possibilitar o acesso e a saída dos municipes, empresários, turistas e visitantes ao município de sorriso

FUNÇÃO/	P-1	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR	FONTE
SUB-FUNÇÃO	A-2			MEDIDA			
22- / 661	2	01-Manutenção da Sec. De Ind e Com eTur.	Manutenção	unidade	5	500.000	
22- / 662	1	05-Implantação de Perfil Sócio e Economico de Sorriso	banco de dados	unidade	1	50.000	
22- / 661	1	08-Construção do Aeroporto Municipal	Aeroporto	unidade	1	1.500.000	
TOTAL						2.050.000	



## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2008

ANEXO III

ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

#### **PROGRAMA**

10039.

**EVENTOS E FESTAS** 

#### DIAGNÓSTICO

Para se Realizar feiras multisetoriais,a necessidade de um Centro de Eventos coberto e amplo, uma área p/implantação da Exporriso, já que este evento é realizado nas dependencias do clube CTG, com sua capacidade estrutural limitada para atender a grande aumento de pessoas que visitam a Exporriso. A realização do carnaval por ser uma festa tradicional mundialmente, A necessidade das realizações das Eco-Festas, desenvover a pesca esportiva, passeios ciclistisco. Propiciar uma nova atividade de lazer p/ a população Sorrisense. A falta de atividade de lazer para os jovens, e Eventos fora de època.

#### DIRETRIZES

Realizações de eventos, projetos e feiras. Atividades do Sorriso Jovem, A distração do arrancadão de tratores a divulgação dos produtos e serviços aqui existente através da Exporriso

#### **OBJETIVOS**

Desenvolver a potencialidade turística de nosso Município

A integração do comércio p/ uma concorrencia agradavel, mas competitiva, Realizações de Festas Tradicicionalista para a identificação das oringens.Propiciar um compromentimento com a natureza.

FUNÇÃO/	P-1	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR	FONTE
SUB-FUNÇÃO	A-2			MEDIDA			
23- / 695	2	01-Realizações de Feiras Multisetorias	Feira	unidade/ano	1	40.000	
23- / 695	2	03-Realização do Carnaval	Evento	unidade/ano	1	80.000	
23- / 695	2	04-Realização do ECOFESTA	Evento	unidade/ano	1	40.000	
23- / 695	2	05-Realização do EXPORRISO	Evento	unidade/ano	1	110.000	
23- / 695	2	06-Realização do Arrancadão de Tratores	Evento	unidade/ano	1	10.000	
23- / 695	2	07-Realização do Micarriso	Evento	unidade/ano	1	20.000	
TOTAL			•			300.000	



## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2008

**ANEXO III** 

ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

#### PROGRAMA

0040. CIDADE SEM MEDO

#### DIAGNÓSTICO

O Município de Sorriso apresenta vivencia uma situação de carência na Segurança Pública. O aumento continuado da população, aliado às situações de exclusão social, proporcionam o aumento da marginalidade, oferecendo riscos à população em diversos aspectos. A Polícia Militar e Civil instaladas na cidade são insuficientes para atender a demanda. O Município contribui para o suporte destes serviços.

#### **DIRETRIZES**

Apoio constante à Polícia Civil e Militar instaladas no Município. Mobilização permanente da população para a atenção individual à segurança pública. Interação entre os órgãos públicos e privados para proporcionar serviços de segurança preventiva.

#### **OBJETIVOS**

Apoiar permanentemente as instituições de segurança existentes no Município.

Promover campanhas de mobilização da população, inclusive para a arrecadação de recursos financeiros.

Implementar o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Pública.

Implantar e implementar o Fundo Municipal de Segurança Pública para dar suporte aos serviços na área de segurança pública.

Incentivar iniciativas de constante interação entre a sociedade civil e os órgãos de segurança pública.

FUNÇÃO/	P-1	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR	FONTE
SUB-FUNÇÃO	A-2			MEDIDA			
06- / 181	2	01-Implantação e manut. Fundo Mun. Seg. Publica	Fundo	unidade	1	100.000	
06- / 181	2	03. Apoio ao Conselho de Segurança Pública	Conselho	unidade	1	50.000	
TOTAL						150.000	-



## **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2008**

**ANEXO III** 

ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

#### **PROGRAMA**

0041. TUR

**TURISMO SORRISO** 

#### DIAGNÓSTICO

O Município de Sorriso apresenta potencialidade turística natural e também empresarial. Alguns pontos naturais são destaques. Salto Maggessi, florestas, rios e lagos. Há condições de implementação de ações que valorizam o turismo. Para se impõe a infra-estrutura necessária.

#### **DIRETRIZES**

Valorização dos pontos naturais existentes no território do Município. Aproveitamento do potencial turístico para a promoção de eventos educativos, culturais e de consciência Incentivo a projetos que implementem a infra-estrutura necessária para a viabilização dos projetos. Promoção de eventos que contribuem para o desenvolvimento de atividades s

#### **OBJETIVOS**

Adequar os locais junto aos rios, lagos e cachoeiras para a implementação turística. Promover e realizar eventos junto aos pontos naturais privilegiados. Implantar o Projeto Salto Maggessi para a promoção ambiental, turística, cultural e econômica do Município.

Desenvolver atividades sociais, esportivas e culturais, aproveitando os rios, lagos e áreas verdes disponíveis para aproveitamento do potencial turístico disponível.

FUNÇÃO/ SUB-FUNÇÃO	P-1 A-2	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
23- / 695	2	04. Manutenção dos parques e lagos	Parques	unidade/ano	1	50.000	
TOTAL					<u> </u>	50.000	



## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2008

ANEXO III

ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

#### **PROGRAMA**

0042. ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

#### DIAGNÓSTICO

Com a aprovação da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2001, LRF, e o desenvolvimento tecnológico na área da informática, iniciou a instalação de uma nova ordem na administração pública brasileira. O controle interno, a auditoria, a qualidade dos serviços administrativos e a transparência dos atos da administração, passaram a constituir requisitos fundamentais para uma boa gestão.

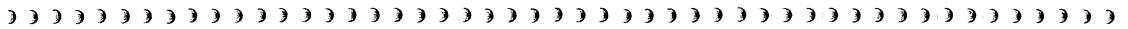
#### **DIRETRIZES**

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamento funcional dos servidores municipais; controle da lotação dos cargos; cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário periódico dos bens.; otimização do atendimento ao público; aquilização no processo de informações administrativas e gerenciais.

#### **OBJETIVOS**

Aperfeiçoar o atendimento ao público; informatizar os serviços públicos com controle centralizado; capacitar continuamente o servidor agregando conhecimentos gerais, técnicos e operacionais; modernizar o processo administrativo adequando-o à realidade; editar uma legislação moderna que contemple os avanços necessários nas áreas fiscal, tributária e de pessoal; implantar um sistema de registro e de informações que possa agilizar a busca e entrega de dados.

FUNÇÃO/	P-1	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR	FONTE
SUB-FUNÇÃO	A-2			MEDIDA			
04- / 122	2	01. Apoio Administrativo a Secretaria	Servidor	Unidade/ano	1.200	1.440.000	
04- / 122	2	02. Gerencia de Recursos Humanos	Servidor	Unidade/ano	1.200	150.000	
04- / 122	2	03. Gerência do Patrimônio Público Municipal	Bens	Unidade/ano	30.000	100.000	
04- / 128	2	04. Escola Permanente do Servidor	Servidor	Unidade/ano	1.200	90.000	
04- / 122	2	05. Implantação do Plano Diretor	Plano	unidade	1	60.000	
04- / 122	2	06. Gerencia da Ouvidoria Pública	Informação	unidade/mês	60	100.000	
04- / 122	2	07. Gerência da Legislação Municipal	Atos	unidade/ano	3.000	100.000	
04- / 122	1	08. Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Bens	unidade	20	90.000	
04-/122	1	09. Aquisição de Veículo	Veículo	unidade	1 1	30.000	
04- / 122	1	10. Reestruturação da Sede da Prefeitura	Sede	unidade	1	50.000	
TOTAL						2.210.000	



## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2008

ANEXO III

ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

#### **PROGRAMA**

0043. GOVERNO TRANSPARENTE

#### DIAGNÓSTICO

A secretaria de Governo é composta por um secretário, um diretor de departamento, coordenador, chefe de seção e uma jornalista, tem como função o assessoramento ao Prefeito, serve como Elo com a Câmara Municipal de Vereadores, com as entidades sociais, comunitárias e assistenciais do município, é responsável pela divulgação dos atos e fatos da administração, bem como pela alaboração de projetos do executivo para envio ao legislativo.

#### **DIRETRIZES**

Elaboração da legislação necessária á gestão pública; acompanhamento do processo legislativo; publicação dos atos da administração, planejamento das ações da administração; acompanhamento e avaliação dos programas de governo; suporte total ao gabinete do Prefeito.

#### **OBJETIVOS**

Melhorar e ampliar os serviços municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

FUNÇÃO/	P-1	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR	FONTE
SUB-FUNÇÃO	A-2			MEDIDA			
04- / 122	2	01. Apoio Administrativo a Secretaria de Governo	Servidor	Unidade/ano	6	290.000	
04- / 122	2	02. Apoio às entidades sociais e assistencias	Entidade	Unidade/ano	20	350.000	
04- / 122	2	03. Apoio aos movimentos comunitários	Entidade	Unidade/ano	26	50.000	
TOTAL						690.000	

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2008

**ANEXO III** 

ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

#### **PROGRAMA**

0044. ESTRADAS VICINAIS

#### DIAGNÓSTICO

A Secretaria de Transportes do Municipio de Sorriso, conta com Parque de Máquinas equipado: com 09 Caminhões, 01 Ônibus, 03 Caminhonetes, 01 Tratores de Esteira, 02 Pá Carregadeira, 01 Retro-Escavadeira, 08 Motoniveladora, 01 Reboque Prancha e 01 Reboque tanque, 01 Compactador de Solo para atender cerca de 3.400 Km de Estradas Municipais sendo que 160 km Pavimentadas e 150 km executadas no prazo máximo de dois anos. Tem em seu Quadro de funcionário 04 Chefe de Departamento, 14 Operadores de Máquinas, 06 Construtores de Pontes, 01 Office Boy, 08 Servidores e 03 Cooperados, Trabalhando para manutenção e preservação, sinalização das estradas municipais, assim como construções de pontes e convênio p/ Pavimentação asfaltica

#### **DIRETRIZES**

Construções de pontes de alvenarias; sinalização nas estradas; cascalhamento, levantamento e escoamento de aguas e limpeza das estradas vicinais; reformas e Aquisição de máquinas e capacitação de pessoal.

#### **OBJETIVOS**

Oferecer boas condições ao acesso as comunidades, permitir o escoamento da produção agricola.

FUNÇÃO/	P-1	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR	FONTE
SUB-FUNÇÃO	A-2			MEDIDA		=	
26- / 782	2	01-Apoio Administrativo a Secretaria	Servidor	unidade	200	2.400.000	
26- / 128	2	02-Treinamento de Pessoal	curso	unidade	2	30.000	
26- / 782	2	03-Conservação das Estradas Municipais	Estradas	km	2.800	1.000.000	
26- / 782	2	04-Colocação de placas de indicações	Placas	unidade	100	200.000	
26- / 782	1	05-Aquisição de maquinas e equipamentos	maq/equip.	unidade	3	250.000	
26- / 782	1	06-Construção e reforma de pontes madeiras	Pontes	unidade	25	150.000	
26- / 782	1	07-Construcões de Pontes de Alvenaria	Pontes	unidade	2	150.000	
26- / 782	1	08-Cascalhamentos e Recuperação	Estradas	km	1600	500.000	
26- / 782	1	09-Asfalto no Interior - Agro Estradas	obra	km	100	1.500.000	
26- / 782	1	10-Construção de Bueiros com tubos de concreto	Bueiro	unidade	60	150.000	
TOTAL						6.330.000	

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2008

ANEXO III

ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

#### **PROGRAMA**

loooo.

**ENCARGOS ESPECIAIS** 

#### DIAGNÓSTICO

O Município de Sorriso possue diversas ações tramitando no Poder Judiciário, sendo que há risco de serem julgadas procedentes e tenha que arcar com dívidas de precatório.

#### DIRETRIZES

Atendimento ao pagamento de dívidas de precatórios, ações trabalhistas e outros.

#### **OBJETIVOS**

atendimento às determinações judiciais.

FUNÇÃO/	P-1	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR	FONTE
SUB-FUNÇÃO	A-2			MEDIDA			
28 - 846	2	01. Pagamento de sentenças judiciais	precatório			132.000	
28 - 846	2	02. Indenizações e Restituições	ação			20.000	
28 - 846	2	03. Amortização da Dívida	financiamento	unidade	2	700.000	
TOTAL	·					852.000	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2008 ANEXO III** ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO **PROGRAMA** RESERVA DE CONTINGÊNCIA 19999 DIAGNÓSTICO DIRETRIZES **OBJETIVOS** Atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos **AÇÕES PRODUTO** UNIDADE META VALOR FONTE FUNÇÃO/ P-1 **MEDIDA** SUB-FUNÇÃO A-2 99- / 999 01. Reserva de Contingência 25.000 2 25.000 TOTAL



## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2008

**ANEXO III** 

ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

#### **PROGRAMA**

**PREVISO** 

#### DIAGNÓSTICO

O Previso conta atualmente com sede Própria, com 02 salas administrativa,01 almoxarifado, sendo que o Diretor Executivo não possui sala própria para atendimento. Tem em seu quadro de Pessoal; 01 diretora executiva,01 tesoureiro,02 secretária, para atender 07 pensionistas,24 aposentados e 687 servidores no auxilio das documentações, processo de aposentadoria,pensões,auxilio doenças, salário maternidade, efetuando os pagamentos de assessoria e fornecedores. Possui uma moto para locomoção.

#### DIRETRIZES

Ampliação da estrutura física, aquisição de veiculo, reestruturação e aquisição de móveis e equipamentos para dar aos servidores melhor agilidade no atendimento e documentação, Informatização para um melhor controle e eficiência, Informar os servidores como proceder no envio de atestados para ser efetuado o processo do auxilio através de boletim informativo.

#### **OBJETIVOS**

Atender os servidores com mais eficiência, dar todo o suporte para que os processos seguem com mais rapidez.

FUNÇÃO/	P-1	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR	FONTE
SUB-FUNÇÃO	A-2	01-Ampliação da instalação Física da sede da Previdência	Obra	m2	200	250.000	
09. 272	1	o r-Ampliação da instalação Física da Sede da Frevidencia	Obia	1112	200	250.000	
09. 272	1	02-Aquisição de veículo	veículo	unidade	1	30.000	
	_	<u></u>					
09. 272	1	03-Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanente	Bens	unidade	20	50.000	
09. 272	2	04-Manutenção e Funcionamento da PREVISO	Servidores	unidade	718	1.670.000	
TOTAL			1		l	2.000.000	

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÀRIAS 2008 CONSOLIDAÇAO DA PROGRAMAÇAO FINANCEIRA

CÓDIGO	PROGRAMA	ÓRGÃO	VALOR	%
ა001.	PROCESSO LEGISLATIVO	Camara	3.900.000	4,88
<b>7</b> 002.	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	Gabinete	978.000	1,22
<b>~</b> 0003.	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	SEPLAF	2.450.000	3,06
0004.	PREFEITURA SEM DESCULPAS	SEPLAF	1.425.000	1,78
່ຶ ່ງ005.	EDUCAÇÃO INFANTIL	Educação	2.540.000	3,18
<u>~9006.</u>	ESCOLA DO PRESENTE	Educação	14.261.000	17,83
<b>0</b> 007.	CONSTRUINDO EDUCAÇÃO	Educação	2.000.000	2,50
J008.	EDUCAÇÃO ESPECIAL	Educação	450.000	0,56
<b></b>	CONFRATERNEJANDO	Educação	110.000	0,14
<i>≈</i> 9010.	TRANSPORTE ESCOLAR	Educação	1.890.000	2,36
0011.	MERENDA ESCOLAR	Educação	1.340.000	1,68
J012.	PSICOLOGIA NA ESCOLA	Educação	95.000	0,12
<b>7</b> 9014.	ENSINO MÉDIO	Educação	30.000	0,04
<b>~0015</b> .	ENSINO SUPERIOR	Educação	184.000	0,23
0016.	FORUM DE IDENTIDADE	Cultura	1.185.000	1,48
້ 2017.	ATLETAS DO FUTURO	Esporte	940.000	1,18
<i>─</i> 9018.	TRANSITAR BEM	Obras	6.030.000	7,54
0019.	LIXO BOM	Obras	800.000	1,00
ა020.	SORRISO CIDADE LIMPA	Obras	4.650.000	5,81
<b>7</b> 0021.	PRODUÇÃO SEM LIMITE	Agricultura	1.300.000	1,63
<i>→</i> 0022.	CHACAREIRO	Agricultura	250.000	0,31
0023.	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	Agricultura	450.000	0,56
ეეებების ერთების ერთებ	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	Saúde	2.295.000	2,87
്നാ025.	SAUDE SEM FILA	Saúde	10.720.000	13,40
<b>0026</b> .	SORRISO CONSTRUINDO SAÚDE	Saúde	850.000	1,06
0027.	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Saúde	570.000	0,71
<b>ິ</b> ວິ່ງ028.	PROGRAMA DA RUA PRA CASA	Ação Social	30.000	0,04
<b>~</b> 9029.	SORRISO MULHER	Ação Social	80.000	0,10
0030.	MORAR BEM	Ação Social	965.000	1,21
ა031.	CIDADÃO DO FUTURO	Ação Social	1.190.000	1,49
	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Ação Social	1.150.000	1,44
<i>~</i> 0033.	GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	Ação Social	335.000	0,42
0034.	APOIO ADMINISTRATIVO SEC. AÇÃO SOCIAL	Ação Social	1.280.000	1,60
່ ື່ ໄປປ່ວງ	CIDADÃO PRESENTE	Ação Social	200.000	0,25
<b>7</b> 036.	CAMINHANDO PARA O SUCESSO EMPRESARIAL	Ind.Com	200.000	0,25
0037.	EMPREGO DEZ	Ind.Com	220.000	0,28
_0038.	ADMINISTRANDO COM SERIEDADE	Ind.Com	2.050.000	2,56
ີ່ ວິ039.	EVENTOS E FESTAS	Ind.Com	300.000	0,38
<i>~</i> 9040.	CIDADE SEM MEDO	Ind.Com	150.000	0,19
0041.	TURISMO SORRISO	Ind.Com	50.000	0,06
0042.	ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Administração	2.210.000	2,76
70043.	GOVERNO TRANSPARENTE	Governo	690.000	0,86
<b>~</b> 0044.	ESTRADAS VICINAIS	Transportes	6.330.000	7,91
_0000.	ENCARGOS ESPECIAIS	SEPLAF	852.000	1,07
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Reserva	25.000	0,03
	TOTAL		80.000.000	100

%	VALOR	ÓRGÃO	PROGRAMA	<i>≋</i> ÓDIGO
0 100	2.000.000	Previso	REVISO	0001. PI
0	2.000.000		OTAL.	
_		FTEVISO		

TOTAL GERAL	82.000.000	

A RESPEITÁVEL COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.
PARECER REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 104/2007.
INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO.

Encaminhado a essa assessoria para exarar parecer o Projeto de Lei nº 104/2007, de iniciativa do Poder Executivo, tendo como sumula DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

É o relatório.

(100)

Passo ao parecer.

Em analise, denota-se que trata-se de Lei de iniciativa exclusiva e vinculada ao Executivo.

A LDO compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, incluindo as despesas de capital pra o

exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da LOA e disporá sobre as alterações na legislação tributária local.

A LDO não pode conter disposições estranhas ao seu objeto, deve constar a especialização das receitas e das despesas, e os princípios da anualidade, da universalidade e da unidade, além de prazo certo. Não pode consignar crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada, nem dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize sua inclusão. Tudo em observação a legislação Federal pertinente (Lei Complementar 101 de 04/05/2000).

<u>~</u>

O oferecimento de Emendas é possível desde que compatível com o plano plurianual e só podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa. Contudo é vedada a anulação de despesa relativa a dotação para pessoal e seus encargos e serviço da dívida. São admitidas também as que sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões ou, ainda, com os dispositivos do texto do projeto de lei (art. 166, § 3°, I, II, "a" "b" e III "a" "b", da CF).

São admitidas emendas ao projeto de Lei do plano plurianual que impliquem aumento de despesa quando a proposta atender conjuntamente as disposições contidas nos arts. 63, I e 166, §§ 3º e 4º da CF.



Ademais a Lei orgânica do Município em seu art. 12. reza que, cabe a Câmara municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dividas pública.

**(** 

(m)

Diante das observações citadas, cremos que o referido projeto encontra-se em condições de deliberação em plenário, pois, no que diz respeito ao ordenamento jurídico, o projeto esta em consonância.

Sorriso - MT, 25 de setembro de 2007.

ALEX SANDRO MONARIN

ADV. OAB/MT N 7.874-B



# Câmara Municipal de Sorriso

ESTADO DE MATO GROSSO

APROVADO

Ao expediente

Sala de Sessão

Gilberto E. Possamai

1º Secretario

REQUERIMENTO N.º 0149/2007



VEREADORES ABAIXO ASSINADOS com fulcro no Inciso IV do Artigo 161 do Regimento Interno, no cumprimento do dever e considerando que se faz necessário a tramitação em Regime de Urgência do PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO, REQUEREM à

Mesa, ouvido o Soberano Plenário, a dispensa das exigências regimentais, para deliberação em única votação o referido projeto de lei.

Câmara Municipal de Sorriso, Estado do Mato Grosso, em

08 de novembro de 2007.

M' danies

V U



# PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER N.º 0191/2007.

DATA: 09/11/2007.

ASSUNTO: PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

DIRETRIZES PARA AS DISPÕE SOBRE SÚMULA: ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA DE 2008 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**RELATOR: SARDI TREVISOL** 

RELATÓRIO: Aos Nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Justiça e Redação para analisar Projeto de Lei nº 0104/2007, do Executivo que tem como súmula: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências. Após análise do Projeto de Lei em questão este relator é favorável a sua tramitação em Plenário. Acompanham o voto do relator e os demais membros da comissão.

> Marilda Savi Presidente

Relator

Santinho Salermo Membro



# PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO.

PARECER N.º 0108/2007.

**DATA:** 09/11/2007.

ASSUNTO: PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA DE 2008 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**RELATORA:** MARILDA SAVI

**RELATÓRIO:** Aos Nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização para analisar *Projeto de Lei nº 0104/2007, do Executivo* que tem como súmula: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências. Após análise do Projeto de Lei em questão esta relatora é favorável a sua tramitação em Plenário. Acompanham o voto da relatora e os demais membros da comissão.

Santinho Salermo Presidente Marilda Savi Relatora Wanderlei Paulo da Silva Membro



# PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL.

PARECER N.º 047/2007.

**DATA:** 12/11/2007.

ASSUNTO: PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

**SÚMULA:** DISPÕE SOBRE AS DORETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**RELATOR:** WANDERLEY PAULO DA SILVA

RELATÓRIO: Aos Doze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social para analisar *Projeto de Lei nº 0104/2007, do Legislativo* que tem como súmula: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências. Após análise do Projeto de Lei em questão este relator é favorável a sua tramitação em Plenário. Acompanham o voto do relator e os demais membros da comissão.

Ederson Dalmolin

Presidente

Wanderley Paulo da Silva

Relator

Sardi Trevisol Membro



# PARECER DA COMISSÃO DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS.

PARECER: N.º 003 /2007

DATA: 09/11/2007

ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 0104/2007.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A

ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2008

E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

**RELATOR: ARI LAFIN** 

**RELATÓRIO:** Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Obras, Viação e Serviços Urbanos para exarar parecer sobre o *Projeto de Lei nº. 0104/2007*, que tem como súmula: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providencias. Após análise ao Projeto de Lei em questão esse relator é favorável a sua tramitação em Plenário, por entender que o mesmo atende os requisitos regimentais. Acompanham o voto do relator os demais membros da comissão,

Basílio da Silva Presidente

Ari Lafin Relator Santinho Salerno



# PARECER DA COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE.

PARECER: N.º 005/2007

**DATA:** 09/11/2007

ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 0104/2007DO EXECUTIVO.

DIRETRIZES SÚMULA: "DISPÕE SOBRE AS PARA

ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2008

E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

**RELATOR: ARI LAFIN** 

RELATÓRIO: Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente para exarar parecer sobre o Projeto de Lei nº. 0104/2007, que tem como súmula: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providencias. Após análise ao Projeto de Lei em questão este relator é favorável a sua tramitação em Plenário, por entender que o mesmo atende os requisitos regimentais. Acompanham o voto do relator os demais

membros da comissão.

Ederson Dalmolin

Presidente

Ari Lafin

Relator

Marilda Savi Membro

Mossa.



# Câmara Municipal de Sorriso

ESTADO DE MATO GROSSO

Gitberto E. Possamai

EMENDA MODIFICATIVA Nº 001/2007 AO PROJETO DE LEI Nº 0104/2007 DO EXECUTIVO.

ENCAMINHADO AS COMISSÕES:

DATA: 29 DE OUTUBRO DE 2007.

Typaneas Clueactee 1 2 NOV. 2007

DATA:

Súmula: MODIFICA A AÇÃO 03 DO PROGRAMA 05 DO ANEXO III DO PROJETO DE LEI Nº 0104/2007 DO EXECUTIVO.

Aprovado (a)

Votos

( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst

( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst

( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst

( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst

( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst

Votação únita ( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst

Votação únita ( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst

Votação únita ( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst

Gilberto E. Possamai

1º Secretário

MARILDA SAVI - PSB, com fulcro no §5° do Artigo 126, do Regimento Interno, encaminha para deliberação do Soberano Plenário, a seguinte Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 0104/2007 do Executivo:

Altera PROGRAMA: 05

A Ação: 03

Função/ Sub- Função	P -1 A -	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
12-/365	2	03.Construção de CEMEIS e Pré-Escolas	Obras	Unidade/ano	03	200.000	

Os recursos para a referida Emenda Modificativa

serão subtraídos do:

PROGRAMA: 042

Ação: 01

Ficando assim disposto:

	,		an antimo	TIME	META	VALOR	FONTE
Função/ Sub-	P -1 A -	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	WIETA	VALOR	TONTE
Função 04-/122	2	01.Apoio Administrativo a secretaria	Servidor	Unidade/ano	1200	1.340.000	

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, 29 de outubro de 2007.

Marilda Savi Vereadora do PSB



Parecer acerca da **Emenda Modificativa nº 001/2007**, apresentada em face do Projeto de Lei nº 0104/2007.

Ilustrados Membros da CJR,

É a presente Emenda, para o fim de modificar o contido no Projeto de Lei nº 0104/2007, cujo conteúdo, trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

É o resumo necessário.

Inicialmente, cumpre asseverar que é da essência parlamentar o poder de emendar projetos de lei.

O Legislativo reconquistou seus privilégios na Constituição de 1988. Identifica-se-lhe o alcance no poder de emendar. É que, salvo emendas que aumentem a despesa pública nos projetos de iniciativa reservada do Executivo e nos projetos sobre organização administrativa da Câmara Municipal (v. art. 63, I e II, CF), é abrangente o exercício do poder de emenda. Veja-se que, até na matéria do plano plurianual das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, leis de iniciativa exclusiva do Prefeito (a teor do art. 165, I, II e III, CF), são admitidas emendas (art. 166, § 3° e § 4°, CF).

Chamamos emendas parlamentares, como as aditivas, supressivas, modificativas, substitutivas e até mesmo as subemendas.

4.



Trata-se, portanto, a Emenda, de um direito de iniciativa secundário, já que sempre serão manejadas em função de uma proposição concreta (Projeto de Lei).

Para melhor definir o conceito, a finalidade e o alcance das Emendas, peço licença para citar **JOSÉ NILO DE CASTRO**, Mestre em Direito Público pela UFMG, Doutor em Direito Administrativo pela Université de Droit, d'Économie et de Sciences Sociales de Paris, que diz:

"O objeto das emendas há que referir-se exclusivamente aos interesses contidos no projeto de lei. Não se admite emenda, que vá disciplinar juridicamente, intervindo na vontade legislativa de outrem, no projeto, matéria estranha ao objeto da proposição. Indo além desses limites, não se trataria mais de ordenar, por emendas, o projeto, mas de disciplina jurídica afeta a projeto autônomo.

#### E acrescenta:

1 1

"É modificativa a emenda que se atrela apenas à redação do projeto ou da proposição de lei, sem alterar, todavia, a sua substância, o seu conteúdo, a ordenação jurídica que se pretendeu converter em lei. Alcança o aspecto formal do projeto, sem ferir-lhe o conteúdo." (in Direito Municipal Positivo, 2ª Edição, Editora Del Rey - 1992, pág. 102). (destacamos e sublinhamos).

Por isso é que, como acentua MARY GODOY na sua obra *Técnica* constituinte e técnica legislativa, pág. 171:

"Destaca-se o caráter de identidade da matéria, pois não se admite o processamento de uma emenda de finalidades diversas das contidas no texto que se vai modificar. Devem ainda, as emendas, serem acompanhadas de justificação, como os projetos, para elucidação da vontade legislativa".

Outrossim, as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual (§ 4°, art. 166, CF).



Diante do exposto, cumpre alertar para a disposição constitucional que veda a aprovação de qualquer emenda incompatível com o plano plurianual, merecendo tal exame receber a atenção especial dos Senhores Vereadores quando da discussão da matéria.

Com tais considerações, e entendendo presentes os requisitos legais e regimentais, a presente Emenda deve ser submetida e apreciada pelo Plenário, cabendo aos senhores Vereadores decidirem acerca da conveniência e oportunidade de sua aprovação.

É o parecer.

Sorriso-MT, 09.11.2007.

Silas do Nascimento Filho OAB/MT 4.398-A



# PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER N.º 0193/2007.

DATA: 09/11/2007.

ASSUNTO: EMENDA MODIFICATIVA N.º 001/2007 AO PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

**SÚMULA:** MODIFICA A AÇÃO 03 DO PROGRAMA 05 DO ANEXO III DO PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

**RELATOR: SARDI TREVISOL** 

RELATÓRIO: Aos Nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Justiça e Redação para analisar *Emenda Modificativa n.º 001/2007 ao Projeto de Lei nº 0104/2007*, do Executivo, que tem como súmula: Modifica a Ação 03 do Programa 05 do Anexo III do Projeto de Lei n.º 0104/2007 do Executivo. Após análise do Projeto de Lei em questão este relator é favorável a sua tramitação em Plenário. Acompanham o voto do relator e os demais membros da comissão.

Marilda Savi Presidente Sardi Trevisol Relator Santinho Salermo Membro



# PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO.

PARECER N.º 0110/2007.

DATA: 09/11/2007.

ASSUNTO: EMENDA MODIFICATIVA N.º 001/2007 AO PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

SÚMULA: MODIFICA A AÇÃO 03 DO PROGRAMA 05 DO ANEXO III DO PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

**RELATORA:** MARILDA SAVI

RELATÓRIO: Aos Nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização para analisar *Emenda Modificativa n.º 001/2007 ao Projeto de Lei nº 0104/2007, do Executivo*, que tem como súmula: Modifica a Ação 03 do Programa 05 do Anexo III do Projeto de Lei n.º 0104/2007 do Executivo. Após análise da Emenda Modificativa ao Projeto de Lei em questão esta relatora é favorável a sua tramitação em Plenário. Acompanham o voto da relatora e os demais membros da comissão.

Santinho Salermo

Marilda Savi Relatora Wanderlei Paulo da Silva Membro



# PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL.

PARECER N.º 043/2007.

DATA: 12/11/2007.

**ASSUNTO:** EMENDA MODIFICATIVA N°001/2007 AO PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 .

**SÚMULA:** MODIFICA A AÇÃO 03 DO PROGRAMA 05 DO ANEXO III DO PROJETO DE LEI Nº 0104/2007 DO EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**RELATOR:** WANDERLEY PAULO DA SILVA

RELATÓRIO: Aos Doze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social para analisar *Emenda Modificativa 001/2007*Ao Projeto de Lei nº 0104/2007, do Legislativo que tem como súmula: Modifica a Ação 03 do Programa 05 do Anexo III do Projeto de Lei nº0104/2007 do Executivo dá outras providências. Após análise do Projeto de Lei em questão este relator é favorável a sua tramitação em Plenário. Acompanham o voto do relator e os demais membros da comissão.

Ederson Dalmolin

Presidente

Wanderley Paulo da Silva

Relator

Sardi Trevisol

Membro



# Lido na Sessão Câmara Municipal de Sorriso

ESTADO DE MATO GROSSO

Gilberto E. Possamai 1º Secretano

12-11-2007

ENCAMINHADO AS COMISSÕES:

EMENDA MODIFICATIVA Nº 002/2007 AO PROJETO DE LEI Nº 0104/2007 DO EXECUTIVO.

DATA: 29 DE OUTUBRO DE 2007.

1 2 NOV. 2007

Votos provado (a) ( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst otação ( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst 2º Votação ( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst 3º Votação (8) Fav. (-) Contra (-) abst ação única 2 Gilberto E. Possamai

Súmula: MODIFICA AS AÇÕES 02 E 04 DO PROGRAMA 017 DO ANEXO III DO PROJETO DE LEI Nº 0104/2007 DO EXECUTIVO.

GERSON LUIZ FRANCIO - PSB, com fulcro no §5º do Artigo 126, do Regimento Interno, encaminha para deliberação do Soberano Plenário, a seguinte Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 0104/2007 do Executivo:

Altera PROGRAMA: 017

A Acão: 002

		7.7	çuo. ooz			F 62/10/2 (19) VV 26/2-2-1/1	
Função/ Sub-Fun	P -1 A - 2	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
27.812	2	02. Manutenção do FMDL	Fundo	Unidade	01	640.000	

Altera PROGRAMA: 017

A Ação: 003

Função/ Sub-Fun	P -1	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
27.812	1	03. Aquisição de equipamentos esportivos	Equipamento	Unidade	200	70.000	

Os recursos para a referida Emenda Modificativa serão

subtraídos do:

PROGRAMA: 0003

Ação: 01

Ficando assim disposto:

			I lourido doon.	And Advantage of the Control of the		V 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20	FOLITE
Função/	P -1 A - 2	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
04./123	2	01.Apoio administrativo	Servidor à	Unidade/mês	20	1.530.000	

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, 29 de outubro de 2007.

Gerson L. Francio Vereador do PSB



Parecer acerca da **Emenda Modificativa nº 002/2007**, apresentada em face do Projeto de Lei nº 0104/2007.

Ilustrados Membros da CJR,

É a presente Emenda, para o fim de modificar o contido no Projeto de Lei nº 0104/2007, cujo conteúdo, trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

É o resumo necessário.

Inicialmente, cumpre asseverar que é da essência parlamentar o poder de emendar projetos de lei.

O Legislativo reconquistou seus privilégios na Constituição de 1988. Identifica-se-lhe o alcance no poder de emendar. É que, salvo emendas que aumentem a despesa pública nos projetos de iniciativa reservada do Executivo e nos projetos sobre organização administrativa da Câmara Municipal (v. art. 63, I e II, CF), é abrangente o exercício do poder de emenda. Veja-se que, até na matéria do plano plurianual das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, leis de iniciativa exclusiva do Prefeito (a teor do art. 165, I, II e III, CF), são admitidas emendas (art. 166, § 3º e § 4º, CF).

Chamamos emendas parlamentares, como as aditivas, supressivas, modificativas, substitutivas e até mesmo as subemendas.





Trata-se, portanto, a Emenda, de um direito de iniciativa secundário, já que sempre serão manejadas em função de uma proposição concreta (Projeto de Lei).

Para melhor definir o conceito, a finalidade e o alcance das Emendas, peço licença para citar <u>JOSÉ NILO DE CASTRO</u>, Mestre em Direito Público pela UFMG, Doutor em Direito Administrativo pela Université de Droit, d'Économie et de Sciences Sociales de Paris, que diz:

"O objeto das emendas há que referir-se exclusivamente aos interesses contidos no projeto de lei. Não se admite emenda, que vá disciplinar juridicamente, intervindo na vontade legislativa de outrem, no projeto, matéria estranha ao objeto da proposição. Indo além desses limites, não se trataria mais de ordenar, por emendas, o projeto, mas de disciplina jurídica afeta a projeto autônomo.

#### E acrescenta:

<u>"É modificativa</u> a emenda que se atrela apenas à redação do projeto ou da proposição de lei, sem alterar, todavia, a sua substância, o seu conteúdo, a ordenação jurídica que se pretendeu converter em lei. Alcança o aspecto formal do projeto, sem ferir-lhe o conteúdo." (in Direito Municipal Positivo, 2ª Edição, Editora Del Rey - 1992, pág. 102). (destacamos e sublinhamos).

Por isso é que, como acentua MARY GODOY na sua obra *Técnica* constituinte e técnica legislativa, pág. 171:

"Destaca-se o caráter de identidade da matéria, pois não se admite o processamento de uma emenda de finalidades diversas das contidas no texto que se vai modificar. Devem ainda, as emendas, serem acompanhadas de justificação, como os projetos, para elucidação da vontade legislativa".

Outrossim, as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual (§ 4º, art. 166, CF).







Diante do exposto, cumpre alertar para a disposição constitucional que veda a aprovação de qualquer emenda incompatível com o plano plurianual, merecendo tal exame receber a atenção especial dos Senhores Vereadores quando da discussão da matéria.

Com tais considerações, e entendendo presentes os requisitos legais e regimentais, a presente Emenda deve ser submetida e apreciada pelo Plenário, cabendo aos senhores Vereadores decidirem acerca da conveniência e oportunidade de sua aprovação.

É o parecer.

Sorriso-MT, 09.11.2007.

Silas do Nascimento Filho OAB/MT 4.398-A

mā-



# PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER N.º 0188/2007.

DATA: 09/11/2007.

ASSUNTO: EMENDA MODIFICATIVA N.º 002/2007 AO PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

SÚMULA: MODIFICA A AÇÃO 02 e 04 DO PROGRAMA 017 DO ANEXO III DO PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

**RELATOR: SARDI TREVISOL** 

**RELATÓRIO:** Aos Nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Justiça e Redação para analisar *Emenda Modificativa n.º 002/2007 ao Projeto de Lei nº 0104/2007*, *do Executivo*, que tem como súmula: Modifica a Ação 02 do Programa 02 e 04 do Anexo III do Projeto de Lei n.º 0104/2007 do Executivo. Após análise da Emenda Modificativa ao Projeto de Lei em questão este relator é favorável a sua tramitação em plenário. Acompanham o voto do relator e os demais membros da comissão.

Marilda Savi Presidente Sardi Trevisol

Relator

Santinho Salermo



# PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO.

PARECER N.º 0105/2007.

DATA: 09/11/2007.

ASSUNTO: EMENDA MODIFICATIVA N.º 002/2007 AO PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

SÚMULA: MODIFICA A AÇÃO 02 e 04 DO PROGRAMA 017 DO ANEXO III DO PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

**RELATORA:** MARILDA SAVI

RELATÓRIO: Aos Nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização para analisar *Emenda Modificativa n.º 002/2007 ao Projeto de Lei nº 0104/2007, do Executivo*, que tem como súmula: Modifica a Ação 02 e 04 do Programa 017 do Anexo III do Projeto de Lei n.º 0104/2007 do Executivo. Após análise da Emenda Modificativa ao Projeto de Lei em questão esta relatora é favorável a sua tramitação em Plenário. Acompanham o voto da relatora e os demais membros da comissão.

Santinho Salermo Presidente Marilda Savi Relatora Wanderlei Paulo da Silva Membro



# PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL.

PARECER N.º 044/2007.

DATA: 12/11/2007.

ASSUNTO: EMENDA MODIFICATIVA N°002/2007 AO PROJETO DE LEI N.°0104/2007 DO EXECUTIVO.

**SÚMULA:** MODIFICA A AÇÃO 02 E 04 DO PROGRAMA 017 DO ANEXO III DO PROJETO DE LEI Nº 0104/2007 DO EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**RELATOR:** WANDERLEY PAULO DA SILVA

RELATÓRIO: Aos Doze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social para analisar <u>Emenda Modificativa</u> Nº002/2007 Ao Projeto de Lei nº 0104/2007, do Legislativo que tem como súmula: Modifica a Ação 02 e 04 do Programa 017 do Anexo III do Projeto de Lei nº0104/2007 do Executivo dá outras providências. Após análise do Projeto de Lei em questão este relator é favorável a sua tramitação em Plenário. Acompanham o voto do relator e os demais membros da comissão.

Ederson Dalmolin

Presidente

Wanderley Paulo da Silva

Relator

Sardi Trevisol

Membro /



# Câmara Municipal de Sorriso

ESTADO DE MATO GROSSO

	10 118 065380	-
	10 44 2007 -	COMMERCIAL
	12-11-2007	minted street
G	berto E. Possamai	-
	1º Secretano	J

EMENDA MODIFICATIVA Nº 003/2007 AO PROJETO DE LEI Nº 0104/2007 DO EXECUTIVO.

DATA: 29 DE OUTUBRO DE 2007.

FINGAMINHADO AS COMISSÕES:

Typicas e hoclador

Finanços

Educação

Súmula: MODIFICA A AÇÃO 01 DO PROGRAMA 09 DO ANEXO III DO PROJETO DE LEI Nº 0104/2007 DO EXECUTIVO.

# ATA: 12 NOV 2007 Aprovado (a) Votos ( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst ( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst ( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst ( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst ( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst ( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst

Gilberto E. Possamai

### MARILDA SAVI - PSB E GERSON FRANCIO

- PSB, com fulcro no §5º do Artigo 126, do Regimento Interno, encaminham para deliberação do Soberano Plenário, a seguinte Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 0104/2007 do Executivo:

Altera PROGRAMA: 09

A Ação: 01

Função/ Sub-Fun		AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
12.366	2	01.Apoio ao Ensino Supletivo	Alunos/professor	unidade	1.000	230.000	

Os recursos para a referida Emenda Modificativa serão subtraídos do:

PROGRAMA: 06

Ação: 01

Ficando assim disposto:

		N	iouniae aleem		70		
Função/ Sub- Funç	P -1 A - 2	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
12-/361	2	01.Apoio Adminsitrativo ao Ensino Fundamental	Professor/aluno	Aluno/ano	13000	4.380.000	

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, 29 de outubro de 2007.

Marilda Savi Vereadora do PSB Gerson Francio Vereador do PSB



Parecer acerca da **Emenda Modificativa nº 003/2007**, apresentada em face do Projeto de Lei nº 0104/2007.

Ilustrados Membros da CJR,

É a presente Emenda, para o fim de modificar o contido no Projeto de Lei nº 0104/2007, cujo conteúdo, trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

É o resumo necessário.

Inicialmente, cumpre asseverar que é da essência parlamentar o poder de emendar projetos de lei.

O Legislativo reconquistou seus privilégios na Constituição de 1988. Identifica-se-lhe o alcance no poder de emendar. É que, salvo emendas que aumentem a despesa pública nos projetos de iniciativa reservada do Executivo e nos projetos sobre organização administrativa da Câmara Municipal (v. art. 63, I e II, CF), é abrangente o exercício do poder de emenda. Veja-se que, até na matéria do plano plurianual das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, leis de iniciativa exclusiva do Prefeito (a teor do art. 165, I, II e III, CF), são admitidas emendas (art. 166, § 3º e § 4º, CF).

Chamamos emendas parlamentares, como as aditivas, supressivas, modificativas, substitutivas e até mesmo as subemendas.







Trata-se, portanto, a Emenda, de um direito de iniciativa secundário, já que sempre serão manejadas em função de uma proposição concreta (Projeto de Lei).

Para melhor definir o conceito, a finalidade e o alcance das Emendas, peço licença para citar **JOSÉ NILO DE CASTRO**, Mestre em Direito Público pela UFMG, Doutor em Direito Administrativo pela Université de Droit, d'Économie et de Sciences Sociales de Paris, que diz:

"O objeto das emendas há que referir-se exclusivamente aos interesses contidos no projeto de lei. Não se admite emenda, que vá disciplinar juridicamente, intervindo na vontade legislativa de outrem, no projeto, matéria estranha ao objeto da proposição. Indo além desses limites, não se trataria mais de ordenar, por emendas, o projeto, mas de disciplina jurídica afeta a projeto autônomo.

#### E acrescenta:

<u>"É modificativa a emenda que se atrela apenas à redação do projeto ou da proposição de lei, sem alterar, todavia, a sua substância, o seu conteúdo, a ordenação jurídica que se pretendeu converter em lei. Alcança o aspecto formal do projeto, sem ferir-lhe o conteúdo." (in Direito Municipal Positivo, 2ª Edição, Editora Del Rey - 1992, pág. 102). (destacamos e sublinhamos).</u>

Por isso é que, como acentua MARY GODOY na sua obra *Técnica* constituinte e técnica legislativa, pág. 171:

"Destaca-se o caráter de identidade da matéria, pois não se admite o processamento de uma emenda de finalidades diversas das contidas no texto que se vai modificar. Devem ainda, as emendas, serem acompanhadas de justificação, como os projetos, para elucidação da vontade legislativa".

Outrossim, as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual (§ 4º, art. 166, CF).





Diante do exposto, cumpre alertar para a disposição constitucional que veda a aprovação de qualquer emenda incompatível com o plano plurianual, merecendo tal exame receber a atenção especial dos Senhores Vereadores quando da discussão da matéria.

Com tais considerações, e entendendo presentes os requisitos legais e regimentais, a presente Emenda deve ser submetida e apreciada pelo Plenário, cabendo aos senhores Vereadores decidirem acerca da conveniência e oportunidade de sua aprovação.

É o parecer.

Sorriso-MT, 09.11.2007.

Silas do Nascimento Filho OAB/MT 4.398-A



#### PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER N.º 0189/2007.

**DATA:** 09/11/2007.

ASSUNTO: EMENDA MODIFICATIVA N.º 003/2007 AO PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

**SÚMULA:** MODIFICA A AÇÃO 01 DO PROGRAMA 09 DO ANEXO III DO PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

**RELATOR: SARDI TREVISOL** 

RELATÓRIO: Aos Nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Justiça e Redação para analisar *Emenda Modificativa n.º 003/2007 ao Projeto de Lei nº 0104/2007*, *do Executivo*, que tem como súmula: Modifica a Ação 01 do Programa 09 do Anexo III do Projeto de Lei n.º 0104/2007 do Executivo. Após análise da Emenda Modificativa ao Projeto de Lei em questão este relator é favorável a sua tramitação em Plenário. Acompanham o voto do relator e os demais membros da comissão.

Marilda Savi Presidente Sardi Trevisol

Relator

Santinho Salermo



# PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO.

PARECER N.º 0106/2007.

DATA: 09/11/2007.

ASSUNTO: EMENDA MODIFICATIVA N.º 003/2007 AO PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

SÚMULA: MODIFICA A AÇÃO 01 DO PROGRAMA 09 DO ANEXO III DO PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

**RELATORA: MARILDA SAVI** 

RELATÓRIO: Aos Nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização para analisar *Emenda Modificativa n.º 003/2007 ao Projeto de Lei nº 0104/2007, do Executivo*, que tem como súmula: Modifica a Ação 01 do Programa 09 do Anexo III do Projeto de Lei n.º 0104/2007 do Executivo. Após análise da Emenda Modificativa ao Projeto de Lei em questão esta relatora é favorável a sua tramitação em Plenário. Acompanham o voto da relatora e os demais membros da comissão.

Santinho Salermo Presidente Marilda Savi Relatora



## PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL.

PARECER N.º 045/2007.

DATA: 12/11/2007.

**ASSUNTO:** EMENDA MODIFICATIVA N°003/2007 AO PROJETO DE LEI N.° 0104/2007 DO EXECUTIVO.

**SÚMULA:** MODIFICA A AÇÃO 01 DO PROGRAMA 09 DO ANEXO III DO PROJETO DE LEI Nº 0104/2007 DO EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**RELATOR:** WANDERLEY PAULO DA SILVA

RELATÓRIO: Aos Doze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social para analisar *Emenda Modificativa 003/2007 Projeto de Lei nº 0104/2007, do Legislativo* que tem como súmula: Modifica a Ação 01 do Programa 09 do Anexo III do Projeto de Lei nº0104/2007 do Executivo dá outras providências. Após análise do Projeto de Lei em questão este relator é favorável a sua tramitação em Plenário. Acompanham o voto do relator e os demais membros da comissão.

Ederson Dalmolin

Presidente

Wanderley Paulo da Silva

Relator

Sardi Trevisol



### Lido na Sessão Câmara Municipal de Sorriso

ESTADO DE MATO GROSSO

Bilberto E. Possamai 1º Secretario

encaminhado as comissões:	ENCAMINI	HADO AS	COMISSOR	ES:
---------------------------	----------	---------	----------	-----

Modraca ecoco

1 2 NOV. 2007

Aprovado (a) Votos ( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst 1º Votação ( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst ( ) Fav. ( ) Contra ( ) abst Votação únida 2 HOV. 70P A ) Fav. (-) Contra (-) abst Gilberto E. Possamai " Secretario

#### EMENDA ADITIVA Nº004/2007 AO PROJETO DE LEI Nº 0104/2007 DO EXECUTIVO.

DATA: 30 DE OUTUBRO DE 2007.

SÚMULA: CRIA A AÇÃO 02 NO PROGRAMA 039 DO ANEXO III DO PROJETO DE LEI Nº 0104/2007 DO EXECUTIVO.

SARDI ANTÔNIO TREVISOL - PSDB e GILBERTO POSSAMAI -PSDB, com fulcro no § 4º do Artigo 126, do Regimento Interno, encaminham para deliberação do Soberano Plenário, a seguinte Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº0104/2007 do Executivo:

#### Acrescenta-se no PROGRAMA: 039

A Ação: 02

			9				
Função/ Sub-Funç	P -1 A - 2	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
		02. Aquisição de área p/ implantação da Exporriso	Área	Hectares	10	300.000	

Os recursos para a referida Emenda Aditiva serão

subtraídos do:

PROGRAMA: 42

Ação: 01

Ficando assim disposto:

Função/ Sub-Funç	P -1 A - 2	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
04-/122		01. Apoio administrtivo à Secretaria	Servidor	Unidade/ano	1.200	1.190.000	

PROGRAMA: 44

Ação: 09

Ficando assim disposto:

Função/ Sub-Funç	P-1 A-2	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
26-/782	1	09.Asfalto no interior- agro estradas	Obra	Km	100	1.350.000	

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, 30 de outubro de 2007.

Sardi Antônio Trevisol Vereador do PSDB

Gilberto Possamai Vereador do PSDB



#### PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER N.º 0190/2007.

**DATA:** 09/11/2007.

**ASSUNTO:** EMENDA ADITIVA N.º 004/2007 AO PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

SÚMULA: CRIA AÇÃO 02 DO PROGRAMA 039 DO ANEXO III DO PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

**RELATOR: SARDI TREVISOL** 

RELATÓRIO: Aos Nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Justiça e Redação para analisar *Emenda Aditiva n.º 004/2007 ao Projeto de Lei nº 0104/2007, do Executivo*, que tem como súmula: Cria Ação 02 do Programa 039 do Anexo III do Projeto de Lei n.º 0104/2007 do Executivo. Após análise da Emenda Modificativa ao Projeto de Lei em questão este relator é favorável a sua tramitação em Plenário. Acompanham o voto do relator e os demais membros da comissão.

Marilda Savi Presidente Sardi Trevisol Relator Santinho Salermo



# PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO.

PARECER N.º 0107/2007.

DATA: 09/11/2007.

ASSUNTO: EMENDA ADITIVA N.º 004/2007 AO PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

SÚMULA: CRIA A AÇÃO 02 DO PROGRAMA 039 DO ANEXO III DO PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

**RELATORA: MARILDA SAVI** 

RELATÓRIO: Aos Nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização para analisar *Emenda aditiva n.º 004/2007 ao Projeto de Lei nº 0104/2007, do Executivo*, que tem como súmula: Cria a Ação 02 do Programa 039 do Anexo III do Projeto de Lei n.º 0104/2007 do Executivo. Após análise da Emenda Modificativa ao Projeto de Lei em questão esta relatora é favorável a sua tramitação em Plenário. Acompanham o voto da relatora e os demais membros da comissão.

Santinho Salermo Presidente

Marilda Savi Relatora



### PARECER DA COMISSÃO DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS.

PARECER: N.º 004 /2007

DATA: 09/11/2007

**ASSUNTO:** EMENDA ADITIVA Nº 004/2007 AO PROJETO DE LEI Nº 0104/2007.

SÚMULA: "CRIA A AÇÃO 02 NO PROGRAMA 039 DO ANEXO III DO PROJETO DE LEI Nº 0104/2007 DO EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

**RELATOR: ARI LAFIN** 

RELATÓRIO: Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Obras, Viação e Serviços Urbanos para exarar parecer sobre a *Emenda aditiva nº 004/2007 ao Projeto de Lei nº. 0104/2007*, que tem como súmula: Cria a Ação 02 no Programa 039 do Anexo III do Projeto de Lei nº 0104/2007 do Executivo e dá outras providencias. Após análise da Emenda Modificativa ao Projeto de Lei em questão esse relator é favorável a sua tramitação em Plenário, por entender que o mesmo atende os requisitos regimentais. Acompanham o voto do relator os demais membros da comissão.

Basílio da Silva Presidente

Ari Lafin Relator Santinho Salerno Membro



# PARECER DE <u>REDAÇÃO FINAL</u> DA COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

PARECER N.º 0109/2007

DATA: 09/11/2007.

ASSUNTO: PROJETO DE LEI N.º 0104/2007 DO EXECUTIVO.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATORA: Marilda Savi

RELATÓRIO: Aos Nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização, para exarar parecer de Redação Final ao Projeto de Lei nº 0104/2007, do Executivo que tem como súmula: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências. Após análise do Projeto de Lei em questão este relator é favorável a sua tramitação em Plenário, juntamente com as Emendas Modificativas ao Projeto de Lei n.º 0104/2007 do Executivo, por entender que o mesmo atende os requisitos constitucionais legais e regimentais. Acompanham o voto do relator e os demais membros da comissão.

Santinho Salermo Presidente Marilda Savi Relatora







OFÍCIO GAPRE Nº 778/07.

Sorriso/MT, 5 de dezembro de 2007.

DATA:

MANTIDO O VETO POR VOTOS (3) FAV. (-) CONTRA (4) ABST SECRETÁRIO(A)

Excelentissimo Senhor Presidente.

ENCAMINHADO AS COMISSÕES: 1 0 DEZ. 2007

Veto total as seguintes Emendas; Assunto: Emenda Modificativa n.º 001/2007 ao Projeto de Lei n.º 104/2007; Emenda Modificativa n.º 003/2007 ao Projeto de Lei n.º 104/2007:

Emenda Aditiva n.º 004/2007 ao Projeto de Lei n.º 104/2007.

Em nossas mãos as Emendas Modificativas n.º 001/2007 e 003/2007, e a Emenda Aditiva n.º 004/2007 ao Projeto de Lei n.º 104/2007, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências, pelas razões que peçamos a expor:

#### RAZÕES DO VETO:

Com fundamento na Constituição Federal especialmente no art. 165, § 2°, e na Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária Anual constitui a peça de planejamento de iniciativa do Poder Executivo, que estabelece as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária que fixara as previsão das receitas e a autorização das despesas, além de direcionar a ingerência do Município na ordem econômica e social.

Na espécie em apreço, cumpre destacar que nem todas as modificações incluídas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária encontram fundamento de validade jurídica, motivo pelo qual o presente veto torna-se indispensável.

Com relação a Emenda Modificativa n.º 001/2007 e Emenda Aditiva n.º 004/2007 os recursos subtraídos anulam a dotação referente a



Construindo uma nova história pagamento do servidor e seus encargos e a Constituição Federal tratando de Projeto de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual em seu art. 166, § 3º assim determina:

"§ 3º - As emendas ao Projeto de Lei do orçamento anual ou aos projetos que modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual (...);

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;(...)" (grifo nosso)

Assim, as referidas emendas contrariam a Constituição Federal e não se incluem nos objetivos imediatos da administração, razão pela qual optamos pelo veto das referidas emendas.

A Emenda modificativa n.º 003/2007 não pode ser acolhida tendo em vista que o recurso a ser alterado é do Fundeb que é um recurso Federal e não pode ser aplicado em outra ação que não o ensino fundamental.

Além do mais a obrigação legal do município é o Ensino Fundamental ou educação básica e a emenda contraria este principio legal, valorizando nosso veto.

Consoante a isso, a que se ressaltar que o orçamento já demonstra o interesse da Administração em continuar a desenvolver o ensino supletivo, conforme os valores já contemplados no orçamento demonstram a possibilidade desse apoio.

Contudo, a Administração entendeu por bem acolher a Emenda Modificativa n.º 002/2007, contemplando a iniciativa.

Esta emenda, a nosso juízo vem ampliar o interesse da Administração em fortalecer as oportunidades de inclusão social das crianças e adolescentes, em idade escolar, através da prática esportiva.

O elenco de projetos, ações e atividades desenvolvidas nessa área ao longo do nosso período de administração, o crescimento da população estudantil a limitação na idade para ingresso no mercado do trabalho exigem que as oportunidades de ocupação do tempo dos jovens sejam ampliados. No nosso entendimento e a lei nos faculta essa competência nos orienta a acolhida da emenda.



Construindo uma nova história

O FMDL é o instrumento que nos ajuda a ampliar o alcance
das ações do esporte e lazer e que pode ser acompanhado por esta Casa
Legislativa.

Agradecemos a acolhida e o apoio para as providências e a discussão levada a efeito, mas vetamos totalmente as referidas emendas ao Autógrafo de Lei n.º 103/2007 por vício de iniciativa e por transgredir os níveis de competência operacional, limitados pela Constituição Federal.

Atenciosamente,

LUIZ CARLOS NARDI

Prefeito Municipal Em Exercício

EXMO. SR. GERSON LUIZ FRANCIO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SORRISO/MT



# PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO.

PARECER N.º 115/2007.

**DATA:** 10/12/2007.

ASSUNTO: OFICIO GAPRE N.º 0778/2007 DO EXECUTIVO.

**SÚMULA:** VETO TOTAL AS SEGUINTES EMENDAS: EMENDA MODIFICATIVA N°001/2007 AO PROJETO DE LEI N°0104/2007; EMENDA MODIFICATIVA N°003/2007 AO PROJETO DE LEI N°0104/2007; EMENDA ADITIVA N°004/2007 AO PROJETO DE LEI N°0104/2007.

**RELATORA: MARILDA SAVI** 

RELATÓRIO: Aos Dez dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e sete, reuniram-se os membros da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização para analisar <u>Oficio gapre nº. 778/2007, do Executivo</u> que tem como súmula: Veto total as seguintes emendas: emenda modificativa nº001/2007 ao Projeto de lei nº0140/2007; Emenda Modificativa nº003/2007 ao Projeto de Lei nº0140/2007; Emenda Aditiva nº004/2007 ao Projeto de Lei nº0104/2007. Após análise do Oficio em questão esta relatora é favorável a sua tramitação em plenário. Acompanham o voto da relatora e os demais membros da comissão.

Santinho Salermo Presidente Marilda Savi Relatora